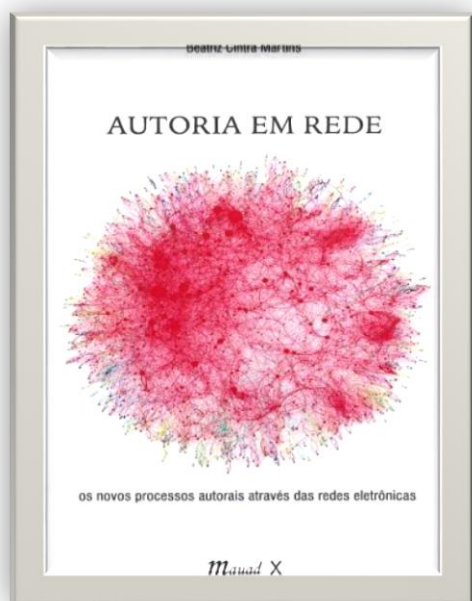

MARTINS, Beatriz Cintra. *Autoria em rede: os novos processos autorais através das redes eletrônicas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

Mirian Maia Amaral¹



Beatriz Cintra Martins, doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2012), mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), e colaboradora do NEXT - Núcleo Experimentação de Tecnologias Interativas do ICICT/FIOCRUZ, discute, nesse livro, questões relacionadas à autoria e aos processos autorais que circulam nas redes de comunicação.

Na medida em que as tecnologias digitais interativas rompem e reconfiguram as fronteiras de espaço e tempo, de forma exponencial, facilitando a comunicação global e modificando as formas de se

perceber e apreender o mundo, essas temáticas adquirem grande relevância, na contemporaneidade. A autoria discorre sobre a questão autoral, numa perspectiva histórica, mostrando o deslocamento sofrido pela noção de autoria, desde a Antiguidade até os dias atuais, percurso marcado pela presença, ocultação ou disfarce da figura do autor na obra, identificando suas inflexões e apontando tendências possíveis. Paralelamente, explora a especificidade da linguagem digital, a partir da conectividade e da interatividade, fundamentais à produção colaborativa em rede. Ressalta, ainda, os desafios impostos por esse novo modelo autoral, composto de uma multiplicidade de vozes e mãos,

Submetido em: 13/09/2018 – **Aceito em:** 18/11/2018 – **Publicado em:** 26/01/2019

¹ Doutora e Mestre em Educação e Cultura Contemporânea com concentração em Tecnologia da Informação e da Comunicação, pela Universidade Estácio de Sá. Pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.



mediante o compartilhamento de dados, que acabam por abalar, de forma significativa, a propriedade intelectual. Para melhor tipificar o estudo realizado, destacando seu caráter interativo-dialógico, a autora apresenta alguns estudos de caso; entre eles, o modelo autoral da Wikipédia.

Essa obra, resultante de sua pesquisa de Doutorado na Universidade de São Paulo, é composta de sete capítulos.

Sob o título “História da autoria”, o primeiro capítulo aborda o processo pelo qual o conceito de autoria, ao longo do tempo, sofre deslocamentos significativos – da Antiguidade Clássica, passando pela escrita coletiva na Idade Média, pelo fortalecimento do indivíduo-autor na modernidade - gênio criador romântico - até o autor em dissolução, com a emergência do digital em rede. Desse modo, com a atuação colaborativa em rede, a obra se torna um processo potencialmente inacabado, cujo ciclo de significação é passível de ‘fechamento’ apenas pelo leitor. Nessa ótica, autores se tornam leitores de si próprios e de todos os que integram esse espaço.

O conceito de autoria é trabalhado com base nas ideias de Michel Foucault, que refuta a afirmação de Barthes (2004, p. 62) de que “o texto é um tecido oriundo de mil focos da cultura”, decretando a ‘morte’ do autor e a supremacia do verdadeiro agente da escrita - a linguagem. Nessa perspectiva, Foucault (2006) define o autor como aquilo que faz o discurso convergir, que lhe dá unidade e coerência. Desse modo, para além de uma atribuição pessoal, a autoria desempenha um papel na circulação dos discursos em uma dada sociedade, e cunha o conceito de “função-autor, que caracteriza a forma como alguns discursos existem, circulam e funcionam no interior de uma sociedade.

Concluindo o capítulo, a autora ressalta dois aspectos relevantes na análise do tema: (a) a natureza mutável do processo autoral; e (b) a prevalência, ainda hoje, da concepção de autor como um gênio criador, própria da modernidade.

No segundo capítulo – “A autoria em rede” – a autora estabelece um diálogo com estudiosos como Pierre Lévy, Jean-Louis Weissberg, George Landow, Márcio Serelle e Pierre Musso, entre outros, para melhor compreender a autoria, na atualidade, em que a obra intelectual e artística perde seus contornos tradicionais - marcados pela figura de um autor reconhecido -, para tornar-se coletiva, múltipla e, não raras vezes, anônima, fragmentada, inacabada, mutante e fugaz. Inicialmente, ainda que reconheça que o hipertexto confere mais poder ao leitor em relação ao autor, questiona a afirmação de Lévy (1999) de que a navegação hipertextual é algo inaugural e diferencial, e um ato



coautor. A autora entende que o leitor do livro sempre foi coautor de um livro singular ao conferir um sentido próprio às palavras publicadas, construindo uma leitura intertextual ao articular textos diversos, mesmo num suporte estável como o livro. Ressalta que não considera o percurso hipertextual como um ato de coautoria, mas como uma ‘leitactura’, “uma estrutura própria do meio digital que oferece caminhos diversificados de leitura através de conexões de sentido” (p. 51).

Ao trazer ao debate a questão da nomeação, a autora assevera que o processo autoral em rede é híbrido, na medida em que tira do autor a centralidade dos discursos da sociedade, abrindo espaço para o surgimento de um processo coletivo - polifônico, múltiplo e descentralizado, marcado pelo anonimato. Nesse contexto, o individual e o coletivo são combinados, numa nova configuração – o ‘autor em coletivo’; ou seja, “o indivíduo contribui para a construção de um coletivo comum, mas quer que seu acréscimo, sua diferença, seja devidamente registrado e creditado” (p. 52).

Reportando-se à Foucault, no que se refere à rarefação do discurso (sua organização e circulação), a autora enfatiza que, na rede, há uma distensão da rarefação do discurso, favorecida pela polifonia de vozes provenientes de diferentes extratos sociais e, em termos globais, das identidades culturais e de posicionamentos político-ideológicos. Para ela, esses discursos polifônicos e díspares se encontram em disputa nesses *espaçostempos*²

A produção textual em rede, com seu caráter fluido, mutável e interativo, como enfatiza a autora, possibilita que sejam estabelecidas autorias colaborativas, como, por exemplo, a elaboração coletiva de um texto, de forma compartilhada (wikis); além de autorias dialógicas, muito comuns em blogs, nos quais o texto principal e os comentários formam um todo discursivo, mais rico e complexo que o conteúdo inicial.. A autora ressalta que, apesar da autoria interativa colaborativa apresentar traços dialógicos, assim como a autoria dialógica possuir características de colaboração, há certa predominância da dinâmica processual - da colaboração e do diálogo, em cada um desses tipos. O caráter processual do remix também é citado, por se caracterizar, em geral, como um trabalho em progresso, passível de novas interações; portanto, mutável e variável.

Em “O meio digital”, terceiro capítulo dessa obra, a autora, sem perder de vista que a criação de uma tecnologia consiste num processo sociotécnico que inclui os modos culturais de apropriação

² Conceito resultante da fusão do conceito de espaço geométrico a três dimensões, representadas por três variáveis como conceito de tempo, formando, assim, um continuum a quatro dimensões representadas por um sistema de quatro variáveis. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/espaço-tempo>. Acesso em: 01.10.2018.



presentes na História, concebe as tecnologias digitais como híbridos que se apresentam “com facetas técnicas, materiais e sociais e políticas” (p. 61). Dessa forma, coexistem com outras tecnologias mais tradicionais, sendo apropriadas pelos usuários, de formas diversas, a partir de seus perfis cognitivos.

Com foco no hipertexto - como tecnologia de leitura e escrita da Web -, explora as especificidades da linguagem digital e da escrita autômata, concluindo que o meio digital, pela possibilidade de conectividade, interação e fluidez das informações, traz um elemento novo para a produção discursiva contemporânea, possibilitando a emergência de novos modelos autorais.

De forma sintética, a autora pontua que características do hipertexto tidas como inéditas, como a intertextualidade, a interatividade, a abertura e a fluidez são apenas remediações mais antigas de tecnologias de suporte ao texto, reconhecendo que a conectividade e a automação comportam traços que representam reformatações de linguagens já existentes. Assim, a alta conectividade do meio digital, somada aos atributos da interatividade e fluidez, rompe as fronteiras de espaço e tempo, instaurando uma espécie de agora virtual, que estimula e potencializa processos criativos.

No quarto capítulo, intitulado “O contexto político”, a autora reflete acerca do contexto em que se insere o tema da autoria, a partir das circunstâncias socioculturais, econômicas e políticas que constituem a contemporaneidade. Suas análises tomam como base as ideias que fundamentam os estudos sobre capitalismo cognitivo, na busca por compreender a ascensão do conhecimento à centralidade da produção, e o papel das tecnologias da informação e da comunicação na dinâmica da rede, caracterizada pela cooperação produtiva. Desse modo, afirma que, da linha de fábrica até a produção digital, o capitalismo passou por grandes transformações e que, hoje, uma nova dinâmica produtiva convoca os sujeitos ao trabalho em colaboração. E, se a noção de autoria como algo individual já vinha sendo questionada há muito, no contexto da produção produtiva em rede, perde o sentido, na medida em que projetos de autoria colaborativa fazem emergir um novo modelo autoral que tem como habitat as redes de comunicação. Dada a sua natureza social e cooperativa, esse novo modelo de trabalho exige outra dinâmica na circulação de bens, pois, para se expandir, o saber precisa ser socializado, fluir e circular sem barreiras a fim de assegurar a própria sobrevivência do modelo produtivo; o que constitui uma das contradições do capitalismo que, se de um lado “resiste em mudar, fortalecendo os instrumentos para assegurar a diminuição do ritmo da circulação dos bens materiais, sua própria dinâmica faz com que o fluxo da informação e do conhecimento esteja sempre em ascensão” (p. 87). Isso evidencia a disputa política e econômica travada na atualidade entre os



que defendem um sistema produtivo fundamentado na cooperação social e no fluxo de informações e as forças corporativas que ainda resistem às mudanças e querem manter o regime de propriedade sobre as trocas.

Para compreender o que está em jogo nesse embate, cujo desdobramento não se pode prever, a autora traz a noção de commons, como recursos de uso compartilhado, adotado por aqueles que defendem a livre circulação de dados como “estratégia para o pleno desenvolvimento das dinâmicas de cooperação produtiva” (p. 90). Para ela, o conhecimento como commons é o conhecimento aberto à inovação, enquanto para a cultura, é aberto à recriação; portanto, a matéria-prima dos processos interativos presentes nas redes.

Com efeito, o commons consiste na “liberdade de compartilhar cultura e conhecimento como um bem comum as ser partilhado pelo cidadãos com vistas ao melhor desenvolvimento dos recursos sociais (p. 97). Nessa ótica, os hackers são atores sociais responsáveis por instituir esses valores na chamada ‘comunidade mediada por computador’.

Além de influenciarem as práticas sociais na rede, mediante cooperação produtiva como seu método de trabalho, os hackers contribuíram para a consolidação desse novo paradigma em relação ao processo autoral, com a criação do modelo do software livre, ressalta a autora. Nesse modelo, os programadores trabalham colaborativamente e de modo auto-organizado no aperfeiçoamento de determinados programas, distribuindo sua produção de forma ampla e aberta, para que outros profissionais possam colaborar no desenvolvimento do produto, eliminando o caráter proprietário da obra acabada. Com efeito, o que importa é a contribuição, não a propriedade intelectual.

Com a dissidência sofrida por esse movimento, em 1998, entra em cena os Recursos Abertos, como a licença alternativa (GPL - General Public License) - que estabelece direitos e garantias em outra direção: do copyright para o copyleft. Assim, o fluxo de informação é livre para que todos interajam de forma ampla com o programa, como, por exemplo, a Wikipédia – código-fonte aberto a modificações e aperfeiçoamentos, mas vedado a iniciativas proprietárias; ou seja, a licença permite criar obras derivadas, mas impede modificações no regime de distribuição. Nesse sentido, desloca o foco do autor como criador da obra, e enfatiza o melhor desempenho do programa, relativizando, portanto, os direitos proprietários. Outras licenças vão aparecendo, a partir do GPL, sendo a mais



conhecida a Creative Commons³, que preserva o direito do autor, assim como os direitos conexos, mas pode autorizar a priori alguns direitos a mais, conforme a especificação escolhida pelo autor da obra. Dessa forma, permite usar, copiar, compartilhar, transformar, proibindo, contudo, a apropriação exclusiva.

Em “A autorização do texto”, objeto do quinto capítulo, a autora ressalta que o deslocamento dos processos autorais em rede demanda novas formas de valoração. Nesse sentido, criam-se diferentes sistemas de avaliação (modelo distribuído de legitimação da produção textual que acompanha novas formas autorais interativas), que transferem para o coletivo a função de qualificar o que foi publicado. Para explorar, mais detalhadamente, a configuração desses modelos de avaliação em rede e, a título de ilustração, apresenta, inicialmente, o website Slashdot, pioneiro em criar um sistema de moderação colaborativo e distribuído, com o objetivo de administrar as discussões, inibindo as ações de provocadores e dando destaque aos comentários relevantes. Apesar de operar em uma rede aberta e distribuída, sem que haja um controle central, esse modelo é criticado por apresentar uma tendência ao consenso, à homogeneização de pontos de vista, ou ao fechamento de opiniões.

O caso Overmundo também é trazido à discussão. Trata-se de um website sobre notícias da cultura brasileira, produzidas pelo público participante. O Overmundo montou seu próprio sistema de qualificação de conteúdo, inspirado pelo Slashdot, com a finalidade de construir um sistema editorial interativo no qual o público pudesse não apenas produzir conteúdos (licenciados por uma licença Creative Commons – “Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Brasil (CC BY-NC-AS 3.0)”, mas editá-los, colaborativamente, definindo os destaques na sua página principal, por meio de votação. A evolução desse modelo editorial, publicada na seção ‘Observatório do website’, pela equipe que o administra, desde sua criação, mostra as diversas decisões tomadas com vistas à consolidação do projeto, entre as quais, a autora enfatiza a forma como os conteúdos são validados e destacados no site, pontuando que esse importante espaço de expressão da diversidade cultural vai perdendo fôlego ao longo do tempo, possivelmente pela ascensão das redes sociais, mas continua sendo uma importante referência de uma experiência interativa e um rico repositório sobre diferentes manifestações da cultura nacional. Finalmente, outras formas de legitimação distribuída da produção

³ Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/>. Acesso em: 25.09.2015.



textual, são destacadas pela autora, como o Twitter, o Facebook e sistemas existentes nos jornais online, com as notícias mais, lidas, comentadas ou enviadas, como nos portais da Folha de São Paulo e O Globo. Apesar dessas novas formas de legitimação da produção textual criadas na dinâmica da comunicação em rede, sustentadas na conectividade e na interatividade, formatos anteriores de legitimação, baseados em estruturas mais centralizadas, como é o caso da Wikipédia, objeto do próximo capítulo, ainda permanece em voga.

Em continuidade, o sexto capítulo “O modelo editorial da Wikipédia”, é dedicado a um estudo de caso de um dos verbetes da Wikipédia, enciclopédia livre, considerada, pela autora, de grande complexidade. Neste capítulo, o referido modelo é descrito, e alguns problemas derivados da centralização de sua estrutura são levantados, como por exemplo, a dificuldade de participação dos projetos, pelos novatos. No entanto, ao analisar o verbete “Faixa de Gaza”, a autora conclui que existe espaço para essa participação e para inclusão de pontos de vista divergentes.

O sétimo e último capítulo, denominado “Para onde apontam as mudanças”, apresenta as considerações finais da autora, que ressalta a importância do tema tratado e os desdobramentos das mudanças atualmente discutidas, pois as transformações são profundas e não há como refreá-las, dado que os processos autorais interativos se multiplicam, a cada dia, possibilitados por um ambiente cognitivo compartilhado.

A partir desse ponto, a autora apresenta, no “Apêndice”, duas experiências de autoria em rede, desenvolvidas ao longo de sua pesquisa de doutorado, que resultou no livro ora resenhado: o blog “Autoria em rede”, que objetivou apresentar os principais temas da tese no formato de pequenos textos, abertos a comentários, para estimular o diálogo, com propósito mais lúdico, e um experimento Wiki, com a finalidade de exercitar o processo autoral interativo colaborativo, de forma totalmente aberta, além de possibilitar uma reflexão abrangente sobre o tema da pesquisa, propriamente dito, mediante construção de um texto coautoral, de forma distribuída.

Com uma linguagem fluida, marcada pela simplicidade, objetividade e clareza, que permite a compreensão do conteúdo específico abordado, a autora vai expondo suas ideias sobre esse tema, tão atual e relevante, e cuja discussão, seja nas esferas empresarial, cultural ou educacional, é rodeada de polêmicas. Na medida em que a rede potencializa a criação, a colaboração e o amplo compartilhamento de conhecimentos, a propriedade intelectual sofre um significativo abalo, afirma a



autora, sinalizando que, para promover as alterações necessárias, é preciso repensar regulações e novos modelos de negócios que levem em conta as complexidades do mundo atual.

Nessa perspectiva, corroboramos seu pensamento, enfatizando que, no meio digital, no qual manifestações discursivas de toda ordem se entrecruzam e se fundem, a autoria representa, tão somente um construto sociohistóricocultural situado e, o autor, uma construção ideológica sobre um fato, não sendo mais possível atribuírmos um nome a essas produções, sob pena de fecharmos seus sentidos, e possíveis ressignificações por parte dos leitores/interlocutores.

Com efeito, ressalta Amaral (2014, p. 209):

as noções de obra fechada e de autor, como gênio romântico deram lugar, portanto, às criações colaborativas em rede. A categoria de autor foi implodida: agora, a interação é quem agrega esses estilhaços e possibilita que autorias coletivas emergjam, marcadas por vozes que se sustentam em outras vozes para criarem novos sentidos. Desenham, desse modo, uma cartografia de fragmentos de discursos, de excertos de formulações e retalhos de relatos, sem início, meio e fim. Nessa ambiência, dividir é necessariamente multiplicar; é apropriar-se de um olhar múltiplo sobre a cultura de criação e compartilhamento - termo que congrega conteúdos, ideias e valores morais, éticos e ideológicos, gerando novos protagonistas, percursos e linguagens.

Com efeito, na contemporaneidade, somos todos autores em potencial, na medida em que utilizamos estratégias de contenção de sentidos e de ancoragem em outros dizeres e na rede de memórias, para criar nosso próprio espaço do dizer, assumindo uma posição responsiva e responsável pelo que expressamos.

Dessa forma, reiteramos, torna-se fundamental a adoção de mecanismos de controle e avaliação, como, por exemplo, as licenças Creative Commons, que possibilitam a disseminação de informações e garantem a propriedade intelectual e criativa dos autores, sem que seja necessário o pagamento de direitos autorais, por seu uso, ratificando e explicitando, ainda, a maneira como autores produtores percebem a autoria.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mirian Maia. Autorias textuais e imagéticas em redes de aprendizagem online. – produções docentes e discentes. Tese de Doutorado. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: O rumor da língua. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÉVY, Pierre. Ciberultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999 (5ª Reimpressão, 2005).